

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 98-120.

## **VIOLÊNCIA VIVIDA POR JOVENS RURAIS: ENFRENTAMENTOS E SUAS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA**

Julyanna de Melo Ribeiro  
Saulo Luders Fernandes  
Érika Cecília Soares Oliveira

### **RESUMO**

O presente artigo trata-se do estudo sobre as táticas utilizadas como processo potencializador para a superação da violência e a violação de direitos vivenciadas por jovens rurais. A metodologia utilizada trata-se da pesquisa qualitativa de caráter descritivo que se desenvolveu em cinco etapas: a revisão bibliográfica da literatura existente; a localização dos sujeitos através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; a produção de dados através de entrevista semiestruturada com uma jovem no gênero feminino e um jovem masculino com idade de 19 e 20 anos da zona rural do agreste alagoano; a análise dos dados através da Análise de Conteúdo; e a devolutiva final para as/os jovens sujeitos da pesquisa. Teve como referencial os escritos de Foucault (1979). Diante da análise da pesquisa, pode-se construir três categorias para auxiliar a compreensão dos dados: Jovem em seu modo de vida rural; Violência vivida em suas diversas formas; Modos de enfrentamento e resistência. Foi refletido sobre os modos singulares de existência da/do jovem e sua relação com a nova conceituação da ruralidade, a vivência desse sujeito violentado e refém do sistema que não lhe dá acesso aos direitos e os reais modos de reorganização e resistência elaborados e praticados por elas/es. Conclui-se que ao jovem rural ainda não é dado, por parte das políticas públicas, o espaço de possibilidades de superação desses eventos desintegradores, ou mesmo espaço de luta por seus direitos, mas que essa luta existe mesmo assim, acontece em cada resistência cotidiana e silenciosa.

**Palavras-Chave:** Jovens. Ruralidades. Violência. Resistência.

## **VIOLENCIA VIVIDA POR JÓVENES RURALES: ENFRENTAMIENTOS Y SUS TÁCTICAS DE RESISTENCIA**

### **RESUMEN**

El presente artículo se trata del estudio sobre las tácticas utilizadas como proceso potencializador para la superación de la violencia y la violación de derechos

vivenciados por jóvenes rurales. La metodología utilizada se trata de la investigación cualitativa de carácter descriptivo que se desarrolló en cinco etapas: la revisión bibliográfica de la literatura existente; la ubicación de los sujetos a través del Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social - CREAS; la recolección de datos a través de una entrevista semiestructurada con una joven en el género femenino y un joven masculino con edad de 19 y 20 años de la zona rural del agreste alagoano; el análisis de los datos a través del análisis de contenido; y la devolución final para los jóvenes sujetos de la investigación. En el siglo XVIII, en el siglo XVIII, Ante el análisis de la investigación, se pueden construir tres categorías para auxiliar la comprensión de los datos: Joven en su modo de vida rural; Violencia vivida en sus diversas formas; Modos de enfrentamiento y resistencia. Se reflexionó sobre los modos singulares de existencia de la joven y su relación con la nueva conceptualización de la ruralidad, la vivencia de ese sujeto violento y rehén del sistema que no le da acceso a los derechos y los reales modos de reorganización y resistencia elaborados y practicados por ella / es. Se concluye que al joven rural todavía no se da por parte de las políticas públicas el espacio de posibilidades de superación de esos acontecimientos desintegradores, o incluso espacio de lucha por sus derechos, pero que esa lucha existe así, sucede en cada resistencia cotidiana y silenciosa.

**Palabras clave:** Joven. Ruralidades. Violencia. Resistencia.

## **VIOLENCE LIVED BY RURAL YOUNG PEOPLE: FACES AND THEIR RESISTANCE TACTICS**

### **ABSTRACT**

The present article deals with the study on the tactics used as a process for the improvement of violence and the violation of rights experienced by rural youth. The methodology used is the descriptive qualitative research that was developed in five stages: the bibliographical review of the existing literature; the location of the subjects through the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS; the collection of data through semi-structured interview with a young woman in the female gender and a young male with age of 19 and 20 years of rural alagoano; analysis of data through Content Analysis; and the final devolution for the young subjects of the research. It had

as reference the writings of Foucault (1979). Before the analysis of the research, one can construct three categories to aid the understanding of the data: Young in its rural way of life; Violence lived in its various forms; Modes of coping and resistance. It was reflected on the unique modes of existence of the youth and their relationship with the new conceptualization of rurality, the experience of this violent subject and hostage of the system that does not give him access to the rights and the real modes of reorganization and resistance elaborated and practiced by they are It is concluded that the rural youth is not yet given, by public policies, the space of possibilities for overcoming these disintegrating events, or even a space for fighting for their rights, but that this struggle exists nonetheless, it happens in every daily resistance and silent.

**Keywords:** Young people. Rural environment. Violence. Resistance.

Este artigo objetiva expor a compreensão das táticas e os modos de resistência produzidos por jovens rurais diante das situações de violência vividas em seu cotidiano em um município do agreste alagoano. As/os jovens devem ser compreendidas/os aqui como categoria social, histórica, cultural e relacional, inseridas/os em um território rural. Este, por sua vez, se apresenta como espaço usado e apropriado pelos sujeitos e coletivos do campo e, mais que um um lugar físico, expressa-se como um modo de vida. As/os participantes desta pesquisa são jovens rurais vítimas de violências, físicas, simbólicas, políticas e violação de direitos. Como referencial analítico foi utilizado os escritos de Foucault (1979) com base em seus conceitos de poder, violência e resistência.

### **Juventude e ruralidade**

Os modos de ser e viver das/os jovens apresentam-se com uma diversidade de experiências interseccionadas por marcadores sociais de classe, gênero, raça/etnia, sexualidades, estilos de vida, etc. A dimensão interseccional auxilia-nos a pensar nas consequências tanto estruturais como dinâmicas quando dois ou mais eixos de subordinação estão em interação, de modo a não obscurecer nenhum deles ou considerar exclusivamente um único eixo. Muitas vezes vetores de poder como gênero, raça, classe social, região, nacionalidade, dentre outros, são definidos como mutuamente excludentes quando, na verdade, a proposta é que esses eixos possam ser

compreendidos a partir de seus cruzamentos e sobreposições; observando as complexas intersecções que os conectam quando se entrecruzam (CRENSHAW, 2002).

O pano de fundo das questões abordadas por Crenshaw (2002) repousa na discussão de que as políticas devem ser pensadas levando em consideração a complexidade dos sujeitos que dela necessitam. Neste sentido, faz-se também necessário pensar tais políticas sendo gestadas em contextos de disputas, em arenas de poder, nos quais, tantas vezes, o Estado aparece como “[...] agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento da humanidade” (BENTO, 2018, s/p); onde diferentes grupos lutam para se fazer representar - e também para impedir que outros grupos sejam representados.

Numa discussão na qual articula conceitos como biopoder<sup>1</sup> de Michel Foucault e necropolítica de Achille Mbembe, Berenice Bento (2018) problematiza o fato de que o Estado é responsável tanto por forjar atos contínuos contra populações que devem desaparecer - como negras/os, indígenas - na mesma medida em que utiliza-se de políticas de cuidado da vida. Preciado (2018), por sua vez, fará uma discussão na qual articula a ideia de “fazer” morrer ao campo da masculinidade, na qual homens são dotados de uma soberania que lhes permite exterminar mulheres, sendo legitimados para isso. Não é à toa que no Brasil, a lei que institui a violência praticada contra as mulheres como crime tem apenas dozes anos de existência. Vale lembrar que essa lei (Lei 11.340/2006), popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, recebe este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes que precisou levar seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para que o Estado Brasileiro fosse, finalmente, responsabilizado por omissão e negligência diante das violências sofridas por ela (e por milhares de mulheres como ela). Ainda assim, no último Mapa da Violência feito em nosso país (WAISELFISZ, 2015), estimou-se que em 2013 aconteceram sete feminicídios diários, com 4.762 mulheres sendo vitimadas.

---

<sup>1</sup> O biopoder, de acordo com a leitura que essa autora faz de Foucault, é um poder que se fundamenta no “fazer” viver e no “deixar” morrer ao passo que o necropoder, conceito discutido pelo teórico Achille Mbembe tem a ver com a promoção da morte suscitada pelo Estado. Dar a vida e dar a morte devem ser pensados de modo indissociável para Berenice Bento (2018), daí ela sugerir a criação do conceito de necrobiopoder.

Waisefisz (2015) afirma que de acordo com a Organização Mundial de Saúde, o Brasil figura como o quinto país na posição internacional em taxa de feminicídio (4,8 feminicídios por 100 mil mulheres), entre 83 países do mundo. Este seria, dessa forma, um caso exemplar de necropolítica estatal e de soberania masculina.

Tai reflexões nos auxiliam a pensar que o entendimento dos direitos que ampara a compreensão da juventude no Brasil permite interpretações desenvolvimentistas que trazem invisibilidades às variadas experiências da juventude, como é o caso das/os jovens do campo: “[...] há uma faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos, os denominados setores populares [...], que podem, ou não, estar no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos” (Sposito,2003, p.28).

Jovens que devido a um sistema estruturado por uma racionalidade excludente são incluídos de forma marginal à realidade social, impondo a elas/eles modos adequados de ser e de existir, os quais devem seguir para serem aceitas/os. Além desta lógica perversa, há ainda os processos de exclusão generalizados que rechaçam seus direitos e as/os culpabilizam pelos males sociais vividos (COIMBRA, 2000).

Assim, para pensar as/os jovens do campo temos que situá-las/os em seus territórios e em suas particularidades rurais e camponesas. Primeiro nó crítico que deve ser superado para compreender o mundo rural é desconstruir as dicotomias geradas entre os conceitos campo-agricultura e cidade-indústria, desmistificando o rural apenas como lugar de lida com a terra, mas como território que produz formas de sociabilidade que sustentam relações e modelos de existências com uma diversidade de atrizes/atores sociais e tecnologias que modificaram os modos de viver o campo na contemporaneidade. Desse modo, a realidade rural é compreendida em sua diversidade, em termos de ruralidades, enquanto “[...] um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO,2012, p. 50).

As/os jovens do campo encontram-se como um grupo que tem modos de vida que podem ser considerados singulares e que, apesar de estar existindo um estreitamento das relações campo-cidade, ainda possuem traços característicos que se definem nas relações que elas/es estabelecem com seu território. Territórios nos quais a juventude vive ainda: a negligência de seus direitos básicos e suas definições em

contraposição a um modo de viver supostamente urbano. Porém, diante das faltas experienciadas produzem uma diversidade de formas de resistências que se expressam no modo de organização do trabalho, da vida comunitária, das práticas de cuidados, entre outros.

Segundo Oliveira e Prado (2013), as/os jovens rurais aos olhares do mundo urbano são caracterizadas/os de forma estereotipada como aquelas/es que vivem o adiantamento dos papéis e responsabilidade da vida adulta, tanto no campo do trabalho como nas relações afetivo-sexuais. Portanto, a/o jovem do campo ora é vislumbrado como sujeito em desacordo com a ordem política urbana; ora é invisibilizado em suas experiências singulares. É necessário analisar o espaço de reprodução social disponíveis a elas/es, para compreender as possíveis tensões e rupturas necessárias para afirmação de suas diferentes formas de viver.

### **Violência, poder e resistência**

O termo violência requer o reconhecimento de conceitos que a permeiam. Foucault (1979) é um autor que pode auxiliar nessa discussão pela capacidade analítica de suas discussões sobre o poder e a formação do sujeito na sociedade moderna. Foucault (1979) trata sobre as relações de poder que atravessam o corpo social e que funcionam por meio da circulação de discursos de sujeição que recaem sobre sujeitos, grupos e coletivos. O poder assim, define-se enquanto relação, como algo que não se pode ter propriedade, atravessa as práticas sociais, na orientação de discursos de verdades que ordenam as formas de ser e existir.

Esses discursos de verdade perfazem mecanismos de controle que atuam tanto como formas de repressão, bem como dispositivos de produção de corpos e da economia do desejo convergente a uma determinada ordem social. As/os jovens apresentam-se como um grupo social que é engendrado por estas práticas do poder, repressivas e produtivas, que por meio de dispositivos sociais buscam normatizar seus modos de vida, suas compreensões de mundo, configurando-as/os como sujeitos à produção do capital. Aquelas/es não incluídas/os de forma direta a este ordenamento social são capturados por práticas discursivas, que com suas verdades, dizem como estas/es jovens devem ser manejadas/os e em quais instituições seus desvios serão enquadrados e seus corpos manipulados.

Vale ressaltar que não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder mas, como escreveu Foucault (1979, p. 14), “[...] de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas e culturais) no interior das quais elas funcionam no momento”. Produzir vozes e enunciados daquelas/es cujos discursos de verdade se debruçam é uma luta capaz de agenciar outras narrativas e discursos sobre a vida. O primeiro passo para a luta contra as formas hegemônicas é falar publicamente destes sujeitos, destruir o silêncio que é certamente compatível com a repressão originada pelos discursos de sujeição e verdade.

Para Foucault (1995), a proposta de uma outra economia das relações de poder é adentrar a essas relações pelas produções dos modos de resistência, na compreensão do exercício de poder em seus antagonismos gerados pelos sujeitos que a ele são submetidos. É por meio deste movimento antagônico que são produzidos modos táticos de resistências capazes de criar outras racionalidades que desmistificam as relações de poder estabelecidas, localizando suas atuações, métodos e técnicas de submissão do viver.

A violência pode ser entendida como o exercício do poder que impossibilita ações de enfrentamento e incapacita coletivos e sujeitos de atuarem de forma antagônica a racionalidade do poder. Ao contrário, a resistência é compreendida como a capacidade de grupos e coletivos produzirem, por meio da submissão vivida, outras economias de poder, reinventando os métodos, técnicas e saberes que atuam sobre seus corpos e seu viver. Tal reinvenção realiza deslocamentos e usos táticos dos instrumentos e métodos de submissão, em uma atuação subversiva que faz gerar novos signos, práticas e ações que afirmam as formas de viver pretensiosamente sujeitadas. Portanto, a resistência consiste em ações localizadas que se forjam diante das relações de sujeição, criando outros saberes, instrumentos e atuações que se distinguem das relações de poder estabelecidas. Nesta distinção os coletivos e sujeitos mudam, deslocam e ressignificam as técnicas e saberes que antes os submetiam (FOUCAULT, 1995).

O discurso de luta e as práticas resistentes não negam as estratégias do saber/poder, mas partem delas para produção de outros modos de viver que burlam as racionalidades presentes à afirmação da vida que se quer viver. Como afirma Foucault (1995), não é contra o poder que se luta, mas contra o exercício dele que se aplica sobre a vida, os corpos e os saberes dos indivíduos a ele sujeitados. É ao segredo, ao silêncio e

a invisibilidade das relações de poder que sujeitos e coletivos lutam para afirmação de seus modos de existência.

Na busca de compreender o segredo e o silêncio no campo da violência, que Camargo (2016) afirma que as diversas formas de violências se tornam linhas que “[...] permanecem invisíveis, silenciadas, por dispositivos que soterram sua existência”(p.25), na configuração de segredos, de não ditos que persistem e existem pela banalização da violência, que quando naturalizada passa a ser compreendida como parte normal do viver.

De acordo com Ferreira e Bonfim (2013), ao observar jovens do campo percebe-se um espaço de rupturas e fragilidades de direitos que implementam vivências de violências física, psicológica, sexual, além de diversas opressões e fatores como a falta de vias ao emprego remunerado, baixo nível de escolaridade, fragilidades na relação com a terra e com a agricultura familiar caracterizam a vulnerabilidade das/os que pertencem à zona rural (FERREIRA; BOMFIM, 2013). Estas precariedades vividas pelas/os jovens no mundo rural se expressam de forma objetiva no dado apresentado por Mello (2015 apud DIMENSTEIN et al. 2016, p. 194): “[...] um em cada quatro brasileiros que vivem no campo está em situação de extrema pobreza”. Essa vulnerabilidade é gerenciada pelos mecanismos de dominação social, cultural, e por um processo de exclusão estrutural que se reproduzem historicamente no cotidiano, o que mantém a dificuldade do protagonismo dessas/es jovens nas estratégias de construção e manutenção dos seus modos de vida, atravessados por fragilidades sociais e negligência de direitos (ROSA; BELFORT, 2016).

Rosa e Belfort (2016) afirmam que na realidade dos jovens rurais, a violência pode ser visualizada de duas formas: violência de Estado e violência doméstica. A chamada violência “doméstica” é um grave problema que acontece principalmente nos lares, que são espaços sacralizados secularmente e socialmente, mas esses círculos íntimos, tomados de valores singulares, costumam ser o palco no qual acontecem abusos e agressividades físicas e morais (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005). Diante destes cenários cabe questionar a função das políticas públicas na vida das/os jovens rurais, como dispositivos que deveriam promover a ressignificação das experiências vividas no cotidiano bem como fortalecer os vínculos comunitários e familiares.

Para Martins (1997), o fenômeno da exclusão estrutural se expressa em uma constante inclusão marginal, neste processo crônico excludente suposta inclusão das/os jovens rurais se dá por lugares residuais, específicos daqueles que sobram diante do processo de desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, são subprodutos da lógica capitalista, a qual “[...] desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997, p. 32).

### **Caminhos da pesquisa**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo descritivo, o qual, de acordo com Minayo (2012), busca a tradução no mundo das relações, das representações e da intencionalidade a partir da realidade vivida. Dessa forma, o estudo objetivou compreender as táticas e os modos de resistência produzidos por jovens rurais diante das situações de violência vividas em seu cotidiano. A pesquisa se desenvolveu com base na entrevista semiestruturada como instrumento de produção de informações. Buscamos o conhecimento dessas/es jovens, suas histórias e seus modos de vida no contexto da violência que foi vivida ou que se vive, além da análise da violência estrutural sofrida por essa/esse usuária/o e a compreensão dos modos de resistência, reorganização e superação dessas/es jovens vítimas de violência.

O município no qual a pesquisa foi realizada tem população total 26.992 (IBGE, censo 2010), sendo que o número de jovens de 15 a 19 anos é de 2.992 habitantes. Da população total 91,7% (24.746) residem na zona rural e as principais ocupações da população segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (BRASIL, 2013), se referem ao setor agropecuário e ao setor de serviços, somando 63,32% e 19,38% respectivamente. Por recorte geracional 25,95% das pessoas entre 15 a 24 anos não trabalham, não estudam e encontram-se em situações de pobreza.

No campo da pesquisa existiram impasses como a localização dessas/es jovens candidatas/os à entrevista, o que foi refletido como uma denúncia do quanto elas/es não fazem parte do público que é ativamente trabalhado e assistido pelas políticas públicas. Uma/um jovem entrevistada/o expressa: “eu não tenho ninguém pra compartilhar essas coisas” (sic). Este campo necessitou ser construído com muito cuidado, pois se tratava de sujeitos que vivenciaram eventos dolorosos ou mesmo negação de direitos, o que para elas/es certamente seria difícil de compartilhar, mas sendo uma das/dos

pesquisadoras/res também jovem rural foi potencialmente favorável na produção de dados, pois na entrevista teve empatia, diálogo, acolhimento e pertencimento.

Os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do município foram os informantes-chave da pesquisa. Foi requerido a eles intencionalmente nomes de jovens que eram ou já foram usuários do CREAS, que já tivessem 18 anos completos e morassem na zona rural do município, independente do tipo de violência que tinham sofrido. Foram disponibilizados dez nomes, entretanto, dentre as/os que foi possível localizar o endereço, apenas dois se mostraram disponíveis a colaborar com o estudo. Após o projeto de pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa e divulgado parecer de número: 2.212.671, as/os jovens assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, cientes dos seus direitos, responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a sua participação implicava na pesquisa.

Participaram da pesquisa dois jovens, com idade entre 19 e 22 anos, sendo um homem e uma mulher. Os dois casos tratam de pessoas que ainda são acompanhadas pela equipe técnica do serviço do CREAS. Se diferenciam de outros pela sua idade, sua residência na zona rural e pela vivência de situações de violência. O primeiro entrevistado é Lucas (nome fictício) que tem 20 anos, branco, solteiro, não tem filhos, mora em seu povoado desde seu primeiro ano de idade, é o filho mais velho dos seis irmãos que convivem em sua casa com seus pais. Trabalha na agricultura no terreno de um vizinho, mas não é um trabalho formal, não tem carteira de trabalho assinada e tem jornada de trabalho de um turno, pois estuda o 2º ano do ensino médio no outro horário. O jovem é vítima de violência psicológica e moral relacionada ao uso abusivo de álcool por parte da mãe. A entrevista de Lucas aconteceu na escola onde ele estuda, pois o CREAS não fica próximo de sua casa.

A outra jovem é Joana (nome fictício), 19 anos, negra, união estável, tem dois filhos de idade com 4 e 6 anos, mora em seu povoado desde o seu nascimento com a companheira e os filhos, entretanto já morou em outro município, trabalha na agricultura, mas não tem carteira de trabalho assinada, tem jornada de trabalho de dois turnos, mas não se trata de um emprego fixo, não estuda desde os nove anos, tendo concluído somente 3º ano do ensino fundamental. Foi vítima de abandono, violência

sexual e violência de gênero. A entrevista de Joana aconteceu no espaço do CREAS, pois era mais próximo de sua residência.

Para a análise dos dados produzidos se utilizou o método da Análise de Conteúdo, que segundo Berelson (apud MINAYO, 1994, p. 200), busca a análise de frequência que ultrapassar simplesmente a descrição do conteúdo evidente na mensagem, para atingir uma interpretação mais profunda. Optamos por utilizar a técnica de Análise Temática.

As leituras exaustivas dos conteúdos trazidos nas entrevistas possibilitou reflexões sobre os modos de vida das/os jovens rurais, as violências sofridas por elas/eles, os direitos que lhes são negados e, principalmente, como elas/eles se reorganizam diante desses eventos desintegradores e quais os espaços de referência de cuidado e apoio necessários para a superação destas situações de violência.

A análise inicial das entrevistas possibilitou a construção de categorias temáticas que serão apresentadas e descritas a seguir: 1- *Jovem e seu modo de vida rural*, trata de apresentar a/o jovem em suas singularidades e seu território, suas relações, costumes e crenças; 2- *Violência vivida em suas diversas formas*, objetiva apresentar os modos de violência sofridas em seu percurso de vida como também a negação dos direitos que retira delas/es as perspectivas de crescimento, desenvolvimento e reconhecimento como sujeitos de direitos; 3- *Modos de enfrentamentos e resistência*, propõe pensar sobre quais foram as táticas e os espaços que estão disponíveis de apoio e possibilidade de superação frente aos eventos desintegradores.

A realização da análise não se deu de forma linear e estanque, ao contrário, as categorias apresentadas encontram-se imersas na totalidade de seus modos de viver. Os modos de vida rural, o lugar da força da resistência é também a fonte da violência e do conformismo diante da violação dos direitos das/os jovens.

### **1. Jovem em seu modo de vida rural**

As/os entrevistadas/os demonstraram em suas falas que quando se refere a planejamento de vida, cada uma/um apresenta características próprias de sua construção, do seu acesso à escolarização e outros direitos. Lucas estuda no segundo ano do ensino médio, trabalha e tem planos de permanência na sua comunidade devido aos estudos futuros:

*Trabalho. Trabalho lá de vez em quando. É porque eu estudo. Trabalho com [...] o meu vizinho, ele tem umas terras, aí ele... chama nós pra trabalhar. [...] quero fazer biologia. [...] não quero voltar para São Paulo, tenho família lá, dizem que é até melhor pra emprego, mas eu penso em fazer a faculdade e ficar por aqui mesmo, dar aula aqui. (Lucas).*

A dúvida do jovem pode existir entre permanecer no campo, estando subordinado às condições precárias existentes nestes territórios atreladas à segurança e, ao mesmo tempo, a necessidade de buscar novas condições de viver. Tais escolhas e projetos, segundo Furlani e Bomfim (2013), estão vinculados aos processo de construção que elas/es viveram e das oportunidades disponíveis para elas/es.

As suas escolhas dependem das perspectivas ou da falta delas. Esse cenário traduz a negociação que as/os jovens estão propensas/os a fazer nos seus planejamentos coletivos, familiares e individuais. Joana afirma alguma de suas escolhas:

*Trabalho em roça e eu sou muito feliz por eu ter esse trabalhozinho pra mim suar, pra mim ganhar, pra mim viver, pra mim tipo assim, dizer “eu tenho arroz dentro de casa, mas eu tenho porque eu suei pra mim ganhar, suei pra mim comer. (Joana).*

Ela também apresenta um histórico de vida de migração para o centro urbano e o retorno para a zona rural:

*Antes? Eu morava em Marechal Deodoro. Ai eu vim embora praqui, ai hoje eu tenho minha casa e tô com meus dois filhos dentro de uma casa e hoje eu tô sendo feliz, com essa pessoa que eu convivo. Com a terra e o trabalho (Joana).*

Demonstra raízes no lar que encontra no modo de vida rural, não apenas pela relação com a subsistência mas por reconhecimento de pertencimento à localidade e relações que este território possibilita.

A/o jovem rural constitui parte de seu viver na comunidade de seu pertencimento, fazer parte dela é subjetivar modos de vida que ao mesmo tempo que as/os fortalece, também as/os exclui no campo dos direitos e nas precariedades objetivas do viver. Tais dificuldades expressas na negligência do acesso à escolarização, ao mercado de trabalho, ao lazer que reproduz a imagem de marginalização:

*Rapaz, tá bom e tá ruim, porque... pra quem trabalha assim como você, é mais fácil, mas pra quem trabalha de roça, tá ficando muito difícil, e pra quem não tem um estudo bom pra*

*arrumar um serviço hoje em dia não tá fácil. Eu mesmo, não vou mentir pra você essa semana, tem o que, umas duas semanas e meia que eu tô parada, ai[...]* (Joana).

A entrada precoce no mundo do trabalho e nas relações afetivas são elementos presentes no percurso de vida dessas/es jovens, porém ainda invisibilizados quando enquadrados a uma concepção hegemônica de adolescência. Ignoradas/os em suas particularidades, vendo-as/os como adultas/os ao se casarem novas/os ou trabalharem desde cedo, negando a elas/es suas necessidades sociais, culturais e relacionais próprias.

Sobre isso, Lucas demonstra naturalidade ao falar sobre a precoce inserção no trabalho com a terra:

*Nós mora na zona rural e sobre trabalho, também?! Eu comecei trabalhar, brincar né? Que criança não leva a sério o trabalho, com 7 anos, carregando algodão, coisa leve e as vezes fumo também.* (Lucas).

Ao mesmo tempo que Joana, concebeu o casamento como a melhor alternativa, mesmo que ainda estivesse na infância:

*Tinha 9 anos de idade e hoje estou com 19 [...] Ai apareceu uma pessoa na minha vida. Ai eu fiquei gostando dessa pessoa, essa pessoa gostando de mim, ai eu fui morar com essa pessoa, pra mim sair de dentro da casa do meu pai, pra mim melhorar a minha vida, entendeu?* (Joana).

Na fala de Joana, fica nítido o modo como homens exercem sua soberania a partir de um ideal de masculinidade inquestionável, incapaz de abandonar privilégios. Deste modo, cabe a ela, ainda criança, tentar encontrar alternativas para estancar a violência vivenciada dentro de sua casa e que acontece pelo fato dela ser mulher, corpo explorável, reificado. De acordo com Preciado (2014a, 2014b, 2018), o que caracteriza a posição dos homens em sociedades tecnopatriarcais e heterocêntricas é que a soberania deles se define pelo uso legítimo de técnicas de violências (as mais variadas e que podem se voltar não apenas contra as mulheres, mas também contra crianças, animais, pessoas não-brancas, o planeta, etc). A busca por uma masculinidade hegemônica poderia, assim, ser definida, pela possibilidade de usar de modo legítimo e até mesmo esperado, de violência. Nas palavras de Preciado (2018, p. 1): “Essa violência se expressa socialmente sob a forma de dominação, economicamente sob a forma de privilégio, sexualmente sob a forma de agressão e estupro”. Daí Joana ser

moeda de troca numa negociação entre homens adultos (ela tem nove anos quando “resolve” sair de casa, seu namorado, 21); negociação na qual ela é consultada como se tratasse de uma adulta. Isso traz informações sobre os modos como os sentidos da infância são acionados nos diferentes grupos sociais bem como a maneira com que feixes de opressão como geração e gênero se articulam para desenharem complexas situações de violência:

*Bom, meu pai foi uma pessoa que eu sai de casa sem ele saber de nada, até porque o meu ex marido era mais velho do que eu, né? Ai quando foi no dia seguinte o pai do meu ex foi conversar com meu pai, ai o meu pai perguntou se eu queria, ai eu disse que queria e perguntou pra ele “você quer?” “quero” pronto e assim foi. (Joana).*

Ao falar de soberanias, tanto masculinas como femininas, Preciado (2018) mostra-nos que tanto mulheres como homens estão circunscritas/os neste tipo de regime. Nele, a soberania das mulheres poderia ser definida pela capacidade dessas em dar a luz. Neste caso, as mães seriam as grandes soberanas. A masculinidade, por outro lado, se define numa perspectiva necropolítica, isto é, pelo direito que homens possuem de “dar a morte”. Não é à toa que esse exercício de “dar a morte” é praticado durante o período no qual Joana fica com esse companheiro, que a violenta sexualmente e a impede de escolarizar-se. Vê-se, pois, que a precocidade acima mencionada (entrada no mundo do trabalho, na vida afetivo-sexual), está estritamente relacionada com coerções impostas nos cotidianos dessa jovem, não se tratando, portanto, de uma escolha consciente e deliberada. No caso em questão, trata-se muito mais de uma pressa para emancipar-se com a intenção de fazer cessar situações de violações de direitos.

A precariedade das políticas de cultura e lazer nestes territórios refletem em comportamentos de abuso e dependência de álcool e outras drogas, o que pode ser o causador de fragilidades nos vínculos familiares e comunitários. Lucas confirma tais informações em sua fala: *“Mas pro jovem rural fica mais fácil beber também, porque tem um bar, porque só tem um bar. E cachaça todo mundo paga.”* (Lucas).

O álcool aparece como alternativa para resolução, ainda que precária, dos problemas vividos em um contexto fragilizado de direitos e acesso aos cuidados de saúde:

*Eu não tinha onde ficar, aí eu fui obrigada a [...] como é que se diz... a andar bebendo cachaça, só não usando essas coisas, entendeu?! A fumar, e ir lá na casa das minhas amigas, só bebendo, sem me alimentar direito, fazendo o que não devia [...]* (Joana).

Dessa forma, é necessário sensibilidade ao direcionar às/aos jovens intervenções que sejam propícias ao seu desenvolvimento e a preservação de suas experiências singulares, atendendo necessidades específicas deste grupo social, aos encontros com as histórias de vida e demandas que cada sujeito traz sobre sua realidade. Ou seja, nas políticas públicas, nos escritos, na pesquisa, no olhar ou no ouvir, é necessário que esse sujeito sempre seja pensado e respeitado como tal, pois ocorre o equívoco de enquadrá-la/o em modelos prontos e preestabelecidos alheios ao seu viver.

## **2. Violência vivida em suas diversas formas**

As/os jovens se apresentam como um grupo social que é atingido por práticas de poder repressivas e produtivas que buscam normatizar seus modos de vida ou suas compreensões de mundo, sendo alvos também da violência quando esse poder lhes é negado. Neste caso, o poder deve ser compreendido como algo relacional, que não está presente apenas nas hegemonias econômicas, sociais e culturais, mas também nas relações cotidianas.

Na família, por exemplo, que poderia ser um espaço de proteção e possibilidade de crescimento e desenvolvimento, acontece a chamada violência “doméstica”, que se torna um grave problema, por ser um ambiente sacralizado e íntimo ao ponto de não permitir a interferência da opinião externa e, desse modo, naturaliza a violência, principalmente com as/os jovens que hierarquicamente são tidos como inferiores. Como presente em suas falas:

*Me abalou?! Ver a minha mãe beba, só isso. Quando ela me xingou, me chamou de [...] vagabundo. Eu tinha acho que era 13, 13 ou 12. Eu peguei raiva dela mesmo, fora isso [...]* (Lucas).

*Eu me lembro assim, que no começo quando todo mundo nasce tudo é maravilhoso, né? Aí depois vem os desprezo, os maus tratos, tipo assim, abandono, né? Pronto, aí eu fui morar com a minha mãe, só vivia sendo expulsada de casa.* (Joana).

Joana, traz então um relato forte que é tombado pela inicial confiança em um “amigo da família” que se aproveita da sua inocência para “corromper seu corpo e sua

*alma*” (Joana). Uma fala que perpassa a dor, a angústia e as marcas, a impotência e a desproteção do ambiente doméstico e da comunidade:

*Aconteceu assim, que o colega da gente de muito tempo, um homem já, né? Ele chegou lá na casa do meu pai pra beber e eu como eu era [...] num sabia muito das coisas... eu pedi pra ele me ensinar a andar de moto, eu confiava muito nele, né? Ele era como se fosse um tio meu e da minha irmã [...] aí foi que ele pegou, levou para o esquisito, num sei nem que lugar é esse, aí aconteceu umas coisas, ele me forçou tirar a roupa, ele me forçou eu fazer o que não devia (...), (Joana).*

Segundo Bocco (2009) as situações de violência são silenciadas e tornam-se segredos devido a naturalização dessas situações, por não existir ninguém ou espaços disponíveis de acolhimento e escuta. A negação da violência vivida por Joana tem por base a naturalização das violências de gênero estruturalmente enraizadas em nossa sociedade, que busca ainda culpar a vítima sobre a violência vivida. Sobre isso, ela relatou:

*Depois ele me pegou, me levou pra casa, disse que se eu falasse pro meu pai ele ia matar eu e o meu pai e a minha madrasta. [...]. Meu pai, como é que se diz [...] ele me batia na época, humilhava a gente e eu vi que não dava pra viver na casa dele, pelo menos eu, né? Depois de passar o que eu tinha passado, ele ainda dizer que eu tive culpa também [...] (Joana).*

Aqui podemos entrever outros exercícios da necropolítica direcionados contra Joana, o que permite-nos atentarmos para a quantidade de coerções e violações que tornam-se necessárias para se produzir uma mulher e um homem. Neste laboratório de construção somatopolítica de corpos femininos e masculinos, os códigos semiótico-políticos de que fala Preciado (2014a, 2014b) e que se inscrevem sobre eles, muito nos dizem desses excessos de violência que devem ser praticados e performados pelos homens a fim de salvaguardar seu *status* enquanto tais e também com vistas a se tornarem homens com masculinidades hegemônicas (algo que dificilmente alcançarão por completo). Nesse caso, resulta infrutífera a tentativa de Joana de eximir-se das violências vividas na casa paterna - a negação de sua condição de criança, o estupro praticado por um adulto de fora e diante do qual abre-se para ela, desde muito cedo, a condição de perder a própria vida caso denuncie. Isso não nos impede, contudo, de compreender sua saída de lá como uma micropolítica de resistência. Como esses tecno-

corpos e suas performances são naturalizados, acaba-se por compreender a violência como condição intrínseca, a-histórica e, desse modo, despolitizada e descolada de seu contexto social.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) do ano de 2003, a juventude rural é refém de um contexto de desemprego, analfabetismo, proliferação de drogas, mortalidade juvenil e violência contra as mulheres, ou seja, é personagem de um espaço de rupturas e fragilidades de direitos, o que a deixa mais propensa a ocasiões de vulnerabilidade, constituindo na dificuldade de se proteger contra situações de risco (FERREIRA & BOMFIM, 2013).

Lucas expõe:

*Na família... depois de 2013, aí começou... a família tava boa, né? Antes de 2013, tava boa as coisas, mas aí mudou as coisas, minha mãe começou beber, aí... começou beber e ela se alterava, né? Ai ficou nisso até agora. (Lucas).*

Joana denuncia mais uma cena de violência ao mostrar a dificuldade da mulher-mãe da zona rural, contradizendo os discursos de delicadeza e fragilidade vendidos nas mídias urbanas:

*Poxa o pai dos meninos não quer dar nada pros meninos eu sozinha pra mim comprar roupa pra esses meninos, comprar roupa pra mim eu não sei nem de onde vou tirar tanta coisa assim de um dia pro outro, que nem tá chegando a festa, meus filho quer ter um conforto, eu quero ter um conforto, a minha companheira também [...] (Joana).*

Rifiotis (2015) afirma que a violência é também a expressão da negação das diferenças e, referindo-se à/ao jovem rural, quando tratado com inferioridade comparando-se com a/o jovem urbano e, dessa forma, posto à margem da sociedade, principalmente no exercício de seus direitos. Nega-se a diferença quando o chefe da família, da comunidade, do grupo, ou alguém que exerça o poder na relação reprime e exclui a/o jovem por apresentar características que não são consideradas corretas.

As falas das/os jovens permite analisar o poder em suas extremidades, nas micropolíticas, percebê-lo em suas formas mais sutis em suas expressões locais, em práticas que reproduzem a discriminação por ser jovem, rural, pobre, negra/o, mulher,

nordestina, pouco escolarizada/o (e, no caso de Joana, vivendo uma relação homoafetiva, provavelmente mais uma forma de resistência que ela encontra para proteger-se das coerções as quais esteve submetida durante tanto tempo).

A/o jovem rural é invisibilizada/o e marginalizada/o quando se trata do direcionamento das políticas públicas, e, na maioria das vezes a face que elas/es conhecem do Estado é a repressão e a exclusão, ao vivenciar a escassez dos recursos, além das desigualdades sociais. Os equipamentos representativos do Estado têm assumido a função de vigilância e controle dos grupos que são vulneráveis, tentando modificar a maneira autêntica de resistir e superar, invalidando seus discursos e os saberes cotidianos (LULIANELLI, 2006).

Lucas e Joana são responsabilizadas/os pelas suas atuais condições de vida. Lucas é cobrado pelo desempenho precário na escola, que é necessário para a sua inserção em outras instituições de ensino e para se pensar seus projetos de futuro. Martins (1997) fala sobre a inclusão marginal dessas/es jovens na dinâmica econômica e social, pois elas/es são marginalmente incluídas/os em lugares residuais, específicos daquelas/es que sobram diante do processo do capitalismo e isso dificulta que sujeitos se tornem protagonistas nos espaços em que se encontram.

### **3. Modos de enfrentamentos e resistência**

Apesar da vivência constante e naturalizada da violência, da vulnerabilidade, da pobreza, da inclusão marginal e da violação de direitos, a/o jovem rural resiste e luta na promoção de táticas de resistência. Coimbra e Nascimento (2005, p. 13) afirmam que “suas resistências se fazem cotidianamente, [...] sem pretender racionalmente fazer revoluções [...], muitos desses movimentos de resistência[...] forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários que atuam”. Elas/es desempenham práticas de resistência na música, na arte ou nas pequenas organizações da juventude, fortalecendo-se junto àquelas/es com quem dividem características comuns. Lucas fala com emoção da música, apesar de demonstrar também que não vê sucesso profissional na atividade, e isso o desmotiva:

*É [...] mas eu não consigo desenvolver mais na música, mas é... mexe com os sentimentos, e me ajuda a viver no dia.  
(Lucas).*

Joana, apesar de não pertencer a um grupo ou organização juvenil, fala de seu relacionamento como potencializador para superação:

*Porque altas vezes a gente mesmo deitada, a gente já compartilhamos sobre isso que já se passou... isso que se passou por mim também já se passou com ela [a companheira], entendeu? Fomos vítimas do mesmo caso. Ela compartilha o dela comigo, eu compartilho o meu com ela, eu dou meu ombro pra ela, ela dá o dela pra mim e assim vai. Sei que é muito maravilhoso pra mim o que estou passando hoje, não sei o dia de amanhã, mas eu peço muito a deus que continue do mesmo jeito, entendeu? (Joana).*

Apesar da escassez de recursos vividas, sua subjetividade está carregada de táticas de resistência, como diz Fernandes (2014), as/os sujeitos rurais utilizam mecanismos de enfrentamento que não apresentam caminhos traçados, mas se utilizam de caminhos possíveis, de rotas que podem ser traçadas e que ao serem enfrentadas, quebram com os lugares organizados pelas estratégias do poder.

É possível analisar como foi difícil todo esse percurso de abandonos, de desprezos, de ajustamentos e como Joana soube se reorganizar e persistir em seus objetivos, ciente de que existiam possibilidades de sair da situação de violência e de escassez. Segundo ela:

*É essa pessoa que você tá vendo na sua frente agora que eu tô sendo, uma guerreira, eu só tenho 19 anos, mas eu sou uma mulher muito guerreira, sabia? (Joana).*

Furlani e Bomfim (2013) trazem que a rede de apoio social, a família, a comunidade devem operar como fator de proteção desses sujeitos, entretanto, quando os vínculos desses jovens estão rompidos com esses espaços outras estratégias são utilizadas:

*Tentava esquecer, comecei fumar, (risos) aí diminuía. [...] que eu vejo como uma proteção? ... O banheiro (risos). [...] tem uma pessoa que eu confio bastante e me apoio nele, professor Gilvan, professor de música. [...] (silêncio) Só o campinho lá, de bola. Eu to com raiva ai vou lá. É porque lá é fuleiragem (risos), eu não tenho muitos amigos, mas quando tô lá é engraçado. (Lucas).*

Lucas demonstra que, apesar dos vínculos familiares fragilizados, existem elementos que constituem espaços de sobrevivência e resistência para ele, como outros sujeitos e grupos na música e no esporte, ou mesmo ambientes de fuga da realidade dolorosa, como o espaço do banheiro e o tabaco.

É dever da política pública trabalhar o (re)estabelecimento desses vínculos dos jovens rurais que vivem em situação de vulnerabilidade social. Porém, no relato das/os jovens estudadas/os, os espaços e serviços das políticas públicas não aparecem como referências para elas/es quando se trata do acompanhamento, do apoio e da superação da violência.

A resistência dessas/es jovens é construída em seus territórios, a partir de seus saberes quando se reorganizam e se apropriam de pontos vivos, mesmo diante das vivências de violência e desintegração (PRESTES, 2013), pois apenas as/os sujeitos em questão sabem como e contra quem devem lutar, e podem iniciar essa luta no lugar em que se encontram, uma luta ainda que silenciosa, é singular e forte.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa teve como finalidade a compreensão dos processos de reorganização produzidos por jovens rurais vítimas de violência que passaram por equipamentos de assistência social.

Foi percebido no desenvolvimento do estudo, produção de dados e análise, a dificuldade das/os profissionais, especificamente da Psicologia ao lidar com sujeitas/os jovens, rurais e violentadas/os, pois é uma ciência e profissão que, conforme Bocco (2009, p. 118), “não apenas trabalha com subjetividades, mas, produz subjetividades com as práticas”, então deve ser construída com o cuidado de considerar a territorialização da subjetividade do sujeito, da mesma forma, que ao produzir nela/e novos modos de reflexão, resgatar seus costumes e crenças, ao invés de impor verdades que não se encaixam com a realidade dos sujeitos em questão.

Os resultados da pesquisa tratam de jovens que vivenciam uma violência naturalizada, que tem seus direitos negados, diante de uma política pública que invisibiliza as suas possibilidades de ação.

A luta por conhecimento da/o jovem rural acontece em cada resistência cotidiana e silenciosa. Ela está aqui, nessas páginas resistentes escrita também por uma

jovem rural, esta luta está onde a/o jovem se encontra e onde a negação do poder a/o violenta. Ela está viva! Ele está vivo!

### REFERÊNCIAS

- BOCCO, F. A psicologia no Estado penal: possibilidades e estratégias para subverter a judicialização. In: COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. **Pivetes: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 116-122.
- BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Perfil do município de Limoeiro de Anadia, AL. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br>> Acesso em: 20 fev. 2017.
- BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.
- BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.
- CAMARGO, K. A. **Abuso sexual infantil – uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-5
- COIMBRA, C. M. B. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, p139-148, 2000.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser Jovem, ser Pobre é ser Perigoso? **Revista de Estudos sobre Juventude**. Distrito Federal, a. 9, n. 22, p. 338-355, jan./jun. 2005.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, p. 171-188. 2002.
- FERNANDES, S. L. **Revisitando os saberes psicológicos: reflexões por uma psicologia do campo**. Cadernos de Subjetividade (PUCSP), v. 16, p.85-103, 2014.
- FERREIRA, K. P. M.; BONFIM, Z. A. C. Juventude no semiárido nordestino: caminhos e descaminhos da emigração. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Org). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 89-116.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FURLANI, D. D.; BONFIM, Z. A. C. Jovens de ambiente rural e urbano e sua relação com projetos de vida. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Org). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 117-143.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados: Cidades**. IBGE 2016. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 de Fev. de 2017.
- LULIANELLI, J. A. **Violência nas áreas rurais**. Crianças e jovens: as principais vítimas. Fundo das Nações Unidas para a Infância (Org.). Direitos negados: a violência contra crianças e adolescentes no Brasil. 2. ed. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2006 p. 141-9.

- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- OLIVEIRA, O.; PRADO, M. A. M. A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 57-88.
- PRECIADO, B. **Testo yonqui: sexo, drogas y biopolítica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014a.
- PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014b.
- PRECIADO, B. **Carta de um homem trans ao antigo regime sexual**. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/mukanda/carta-de-um-homem-trans-ao-antigo-regime-sexual>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- RIFIOTIS, T. Violência, justiça e direitos humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de Gênero”. Florianópolis: **Cadernos pagu**, p. 261-295, 2015.
- ROSA, L. C. S.; BELFORT, C. C. Resposta do SUS e do SUAS às demandas das populações rurais na perspectiva do cuidado psicossocial. In: DIMENSTEIN, M.; LEITE, J.; MACEDO, J. P.; DANTAS, C. (Orgs.). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. São Paulo: Intermeios, 2016. p. 353-368.
- SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo, Ação Educativa, 2003.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2015.

**Recebido: 5/11/2018.**

**Aceito: 5/12/2018.**

#### **Sobre os autores e contato:**

**Julyanna de Melo Ribeiro** - Mestranda do Curso de Pós-graduação em Psicologia/ Instituto de Psicologia (UFAL). Endereço: Sítio Varzinha, s/n, zona rural. Limoeiro de Anadia – AL, CEP: 57260-000. Telefone: (82) 999742422..

**E mail:** julyaannaribeiro@gmail.com.

**Saulo Luders Fernandes** - Doutor em psicologia social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Professor do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - *campus* Arapiraca; Professor do curso de pós-graduação em Psicologia/ Instituto de Psicologia (UFAL).

**Email:** saupsico@gmail.com

**Érika Cecília Soares Oliveira** - Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – *campus* Maceió. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia (UFAL), *campus* de Maceió.



**E-mail:** erika.oliveira@ip.ufal.br